

**SENHORES ACIONISTAS**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, da JSL Arrendamento Mercantil S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S.A. tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. A Companhia, em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S/A, contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira.

No final do exercício de 2017, o crédito total do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 3.086 bilhões, com redução de 0,6% no exercício. A relação crédito/PIB recuou para 47,1% (-0,2 p.p.), comparativamente a 49,6% em dezembro de 2016.

O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil),

onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou a R\$ 170,5 bilhões, com aumento de 4,7% em relação a dezembro de 2016, enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou no final de 2017 o volume de R\$ 101,1 bilhões, com evolução de 22,9% em relação ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2017, os Ativos totais da Companhia somaram a R\$ 191,2 bilhões, crescimento de 105,8% em relação a 31 de dezembro de 2016, destacando-se: R\$ 17,0 bilhões em Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras do Tesouro (LFT), R\$ 32,8 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 126,9 bilhões de Imobilizado de Arrendamento Financeiro e R\$ 2,3 bilhões de Imobilizado de Arrendamento Operacional.

O valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2017, apurado segundo as regras do Banco Central do Brasil foi de R\$ 77,6 bilhões, com crescimento de 150,6% em relação a 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 a captação de recursos destinados à operação de arrendamento mercantil totalizava R\$ 59,1 bilhões, através de Letras de

Arrendamento Mercantil (LAM), ante R\$ 18,4 milhões, em 31 de dezembro de 2016.

O Lucro líquido contábil alcançado no exercício foi de R\$ 1,6 milhão. O Patrimônio Líquido da Companhia montou a R\$ 19,5 milhões em 31 de dezembro de 2017.

De acordo com a Resolução nº 3198 do Banco Central do Brasil, a JSL Arrendamento Mercantil S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

**Barueri, 28 de março de 2018.**
**A DIRETORIA**
**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais)**

ATIVO	Nota Explicativa	2017		2016		PASSIVO	Nota Explicativa	2017		2016	
<b>Circulante</b>		<b>51.684</b>	<b>38.259</b>			<b>Circulante</b>		<b>102.504</b>	<b>41.332</b>		
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>608</b>	<b>428</b>			<b>Depósitos</b>		<b>17.186</b>	<b>14.572</b>		
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4</b>	<b>32.771</b>	<b>20.296</b>			Outros Depósitos	9	17.186	14.572		
Aplicações no mercado aberto		29.970	19.055			<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>26.786</b>	<b>7.938</b>		
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		2.801	1.241			Letras de Arrendamento Mercantil	10	26.786	7.938		
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>5</b>	<b>17.037</b>	<b>15.906</b>			<b>Outras obrigações</b>		<b>58.532</b>	<b>18.822</b>		
Carteira própria		2.070	2.303			Fiscais e previdenciárias	12a	990	557		
Vinculados a prestação de garantias		14.967	13.603			Diversas	12b	57.542	18.265		
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>224</b>	<b>51</b>								
Arrendamentos a receber e valor residual garantido- setor privado	6	51.084	20.645			<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>69.182</b>	<b>33.671</b>		
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(50.039)	(20.342)			<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>32.266</b>	<b>10.416</b>		
Arrendamentos a receber operacional	6	901	-			Letras de Arrendamento Mercantil	10	32.266	10.416		
Rendas a apropriar de arrendamentos operacional (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6e	(901)	-			<b>Outras obrigações</b>		<b>36.916</b>	<b>23.255</b>		
Outros créditos		(821)	(252)			Fiscais e previdenciárias	12a	9.687	3.902		
Diversos	7	961	1.531			Diversas	12b	27.229	19.353		
<b>Outros valores e bens</b>		<b>83</b>	<b>47</b>								
Bens não de uso		43	-			<b>Patrimônio líquido</b>		<b>19.487</b>	<b>17.921</b>		
Despesas antecipadas		40	47			Capital de domiciliados no país	13	20.000	20.000		
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>10.039</b>	<b>4.600</b>			Prejuízos acumulados		(513)	(2.079)		
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>(879)</b>	<b>(293)</b>								
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	53.556	23.659								
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(53.556)	(23.659)								
Arrendamentos a receber operacional	6	1.067	-								
Rendas a apropriar de arrendamentos operacional (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6e	(879)	(293)								
<b>Outros créditos</b>		<b>10.918</b>	<b>4.893</b>								
Diversos	7	10.918	4.893								
<b>Permanente</b>		<b>129.450</b>	<b>50.065</b>								
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>8a</b>	<b>44</b>	<b>61</b>								
Instalações, móveis e equipamento de uso		91	91								
Depreciação acumulada		(47)	(30)								
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>8b</b>	<b>129.243</b>	<b>49.834</b>								
Bens arrendados financeiros		142.242	53.199								
Superveniência de depreciação		35.814	14.874								
Depreciação acumulada		(50.759)	(18.239)								
Perdas em arrendamento		13	-								
Amortizações acumuladas de perdas		(3)	-								
Bens arrendados operacional		2.259	-								
Depreciação acumulada operacional		(323)	-								
<b>Intangível</b>	<b>23a</b>	<b>163</b>	<b>170</b>								
Ativos Intangíveis - Software		228	193								
Amortização acumulada		(65)	(23)								
<b>Total do ativo</b>		<b>191.173</b>	<b>92.924</b>			<b>Total do passivo</b>		<b>191.173</b>	<b>92.924</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o 2º Semestre de 2017 e Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)**

	Capital Social		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados		Totais
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária		Prejuízos acumulados	Totais	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>20.000</b>	-	-	-	-	<b>(2.338)</b>	<b>17.662</b>	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	259	259	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>20.000</b>	-	-	-	-	<b>(2.079)</b>	<b>17.921</b>	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.566	1.566	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>20.000</b>	-	-	-	-	<b>(513)</b>	<b>19.487</b>	
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>20.000</b>	-	-	-	-	<b>(1.824)</b>	<b>18.176</b>	
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	1.311	1.311	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>20.000</b>	-	-	-	-	<b>(513)</b>	<b>19.487</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o 2º Semestre de 2017 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)**

	2º semestre explicativa			2º semestre Exercício		
	2017	2017	2016	2017	2017	2016
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>2.410</b>	<b>2.886</b>	<b>481</b>			
<b>Ajustes ao Resultado</b>	<b>12.838</b>	<b>19.909</b>	<b>5.134</b>			
Depreciações de bens arrendados	6g e 8c	21.780	36.722	14.896		
Depreciações e amortizações	19	29	58	39		
Superveniência de depreciação	6g e 8c	(12.424)	(22.811)	(11.630)		
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários	5b	(4)	(11)	13		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	631	1.298	400		
Despesas de operações de captação no mercado		2.869	4.689	1.416		
Outros		(43)	(36)	-		
<b>Variações de Ativos e Obrigações</b>	<b>(15.628)</b>	<b>(46.114)</b>	<b>(3.271)</b>			
Varição em títulos e valores mobiliários		(666)	(1.118)	(9.624)		
Varição em operações de arrendamento mercantil		(43.878)	(94.063)	(39.789)		
Varição de outras obrigações		25.651	46.500	31.556		
Varição em depósitos		1.058	2.615	14.572		
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>33.379</b>	<b>33.379</b>	<b>20.724</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando informado)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2018.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo

Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") quando aplicável, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

**Demonstrações do Resultado para os 2º Semestre de 2017 e Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	2º semestre explicativa			Exercícios		
	2017	2017	2016	2017	2017	2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>31.229</b>	<b>52.962</b>	<b>23.613</b>			
Operações de arrendamento mercantil	6g	29.802	49.836	20.070		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	1.427	3.126	3.543		
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(25.280)</b>	<b>(42.709)</b>	<b>(16.712)</b>			
Operações de captação no mercado	10	(2.869)	(4.689)	(1.416)		
Operações de arrendamento mercantil	6g	(21.780)	(36.722)	(14.896)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	(631)	(1.298)	(400)		
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>5.949</b>	<b>10.253</b>	<b>6.901</b>			
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(3.530)</b>	<b>(7.358)</b>	<b>(6.420)</b>			
Receitas de prestação de serviços	14	5.803	10.773	8.395		
Despesas de pessoal	15	(1.868)	(3.783)	(3.881)		
Outras despesas administrativas	16	(6.952)	(14.004)	(10.524)		
Despesas tributárias	17	(661)	(1.209)	(822)		
Outras receitas operacionais	18	278	1.066	534		
Outras despesas operacionais	19	(130)	(201)	(122)		
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.419</b>	<b>2.895</b>	<b>481</b>			
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(9)</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>			
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>2.410</b>	<b>2.886</b>	<b>481</b>			
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>20</b>	<b>(1.065)</b>	<b>(1.286)</b>	<b>(222)</b>		
Provisão para Imposto de Renda		(3.106)	(5.703)	(2.907)		
Provisão para Contribuição Social		(280)	(430)	(183)		
Ativo Fiscal Diferido		2.321	4.847	2.868		
<b>Participação no lucro - Empregado</b>	<b>(34)</b>	<b>(34)</b>	<b>-</b>			
<b>Lucro líquido</b>	<b>1.311</b>	<b>1.566</b>	<b>259</b>			
<b>Lucro líquido por ação em circulação - em R\$ (Representado por 20 milhões de ações)</b>	<b>0,07</b>	<b>0,08</b>	<b>0,01</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do Valor Adicionado para o 2º Semestre de 2017 e Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Em milhares de reais - R\$)**

	2º semestre explicativa			Exercício		
	2017	2017	2016	2017	2017	2016
<b>Receitas</b>	<b>36.679</b>	<b>63.503</b>	<b>32.142</b>			
Intermediação Financeira		31.229	52.962	23.613		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	(631)	(1.298)	(400)		
Prestação de serviços	14	5.803	10.773	8.395		
Outras		278	1.066	534		
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(2.869)</b>	<b>(4.689)</b>	<b>(1.416)</b>			
Operações de Captação no Mercado		(2.869)	(4.689)	(1.416)		
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(5.870)</b>	<b>(11.447)</b>	<b>(8.155)</b>			
Serviços do sistema financeiro	16	(2.679)	(5.404)	(4.656)		
Serviços de terceiros	16	(2.182)</				

dos até a data do balanço. **d) Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias:
• **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
• **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
**e) Operações de Arrendamento Mercantil** - A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil. A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
**f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito.
**g) Outros valores e bens - a) Despesa antecipada** - Representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência.
**b) Bens não de uso** - Refere-se a bens não de uso próprio da companhia, os bens recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário e bens adquiridos para fins de arrendamento mercantil operacional.
**h) Imobilizado de uso e de arrendamento - I) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.
**II) Imobilizado de arrendamento** - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 140/1984 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6a, 6f, 8b e c).
**i) Intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.
**jj) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20% a partir de setembro de 2015. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
**k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):** A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não houve ativos sujeitos ao ajuste por *impairment*.
**l) Outros depósitos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos.
**m) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** - Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.
**n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:
**I - Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.
• Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem

elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
• Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. A provisão constituída será suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.
**II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.
**o) Outros Ativos e Passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base “pro rata” dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base “pro rata” dia.
**p) Resultado por ação** - O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações contábeis.
**q) Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.
**r) Eventos subsequentes** - Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Disponibilidades em moeda nacional</b>	<b>608</b>	<b>428</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>32.771</b>	<b>20.296</b>
- Aplicações no mercado aberto (a)(b)(c)	29.970	19.055
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (b)(c)	2.801	1.241
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>33.379</b>	<b>20.724</b>

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Tesouro Nacional – LTN; (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI; e (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

#### b) Composição da carteira por nível de risco

	<b>Em 31 de dezembro - R\$ mil</b>					
	<b>Saldo da carteira</b>					
	<b>Curso anormal</b>					
<b>Nível de Risco</b>	<b>Vencidas</b>	<b>Vincendas</b>	<b>Total do curso anormal</b>	<b>Curso Normal</b>	<b>Total (1)</b>	<b>%</b>
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	23.096	23.096	29,8
B	118	2.022	2.140	34.347	36.487	47,0
C	266	3.044	3.310	12.694	16.004	20,6
<b>Subtotal</b>	<b>384</b>	<b>5.066</b>	<b>5.450</b>	<b>70.137</b>	<b>75.587</b>	<b>97,4</b>
D	124	817	941	-	941	1,2
E	95	463	558	-	558	0,7
F	21	78	99	-	99	0,1
G	4	17	21	-	21	0,0
H	188	230	418	-	418	0,5
<b>Subtotal</b>	<b>432</b>	<b>1.605</b>	<b>2.037</b>	-	<b>2.037</b>	<b>2,6</b>
<b>Total Geral em 2017</b>	<b>816</b>	<b>6.671</b>	<b>7.487</b>	<b>70.137</b>	<b>77.624</b>	<b>100,0</b>
	%	1,1	8,5	9,6	90,4	100,0
<b>Total Geral em 2016</b>	<b>289</b>	<b>2.310</b>	<b>2.599</b>	<b>28.378</b>	<b>30.977</b>	<b>100,0</b>
	%	0,9	7,5	8,4	91,6	100,0

	<b>Mínima requerida</b>								
<b>Nível de Risco</b>	<b>% Mínimo de Provisionamento requerido</b>		<b>Específica</b>			<b>Total em 2017</b>	<b>%</b>	<b>Total em 2016</b>	<b>%</b>
	<b>Vencidas</b>	<b>Vincendas</b>	<b>Total específica</b>	<b>Genérica</b>	<b>Total</b>	<b>em 2017</b>	<b>%</b>	<b>em 2016</b>	<b>%</b>
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	115	115	115	6,8	36	6,6
B	1,0	20	21	343	364	364	21,4	157	28,8
C	3,0	8	91	99	381	480	28,2	217	39,8
<b>Subtotal</b>	<b>9</b>	<b>111</b>	<b>120</b>	<b>839</b>	<b>959</b>	<b>959</b>	<b>56,4</b>	<b>410</b>	<b>75,2</b>
D	10,0	12	82	94	-	94	5,5	51	9,4
E	30,0	29	137	166	-	166	9,8	84,0	15,4
F	50,0	10	39	49	-	49	2,9	-	-
G	70,0	3	11	14	-	14	0,8	-	-
H	100,0	188	230	418	-	418	24,6	-	-
		<b>242</b>	<b>499</b>	<b>741</b>	-	<b>741</b>	<b>43,6</b>	<b>135</b>	<b>24,8</b>
<b>Total Geral em 2017</b>		<b>251</b>	<b>610</b>	<b>861</b>	<b>839</b>	<b>1.700</b>	<b>1.700</b>	<b>100,0</b>	-
%	14,8	35,9	50,6	49,4	100,0	100	-	-	-
<b>Total Geral em 2016</b>		<b>26</b>	<b>160</b>	<b>186</b>	<b>359</b>	<b>545</b>	-	<b>545</b>	<b>100,0</b>
%	4,8	29,4	34,1	65,9	100,0	-	-	100,0	-

#### c) Composição da carteira de arrendamento por prazo

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Vencidos a mais de 14 dias	679	176
A vencer de 15 a 60 dias	7.605	2.970
A vencer de 61 a 90 dias	3.310	1.288
A vencer de 91 a 360 dias	25.901	9.887
A vencer acima de 360 dias	40.129	16.656
<b>Total</b>	<b>77.624</b>	<b>30.977</b>

#### d) Composição da carteira por setor econômico:

	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>Setor privado</b>	<b>77.624</b>	<b>100,0</b>	<b>30.977</b>	<b>100,0</b>
<b>Serviços</b>	<b>24.779</b>	<b>32,0</b>	<b>9.644</b>	<b>31,1</b>
Transportes terrestres	15.429	19,9	7.339	23,7
Serviços da construção	6.284	8,1	342	1,1
Demais serviços	3.066	3,9	1.963	6,3
<b>Indústria</b>	<b>3.604</b>	<b>4,6</b>	<b>3.850</b>	<b>12,5</b>
Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	3.374	4,3	3.820	12,4
Outros	230	0,3	30	0,1
<b>Comércio</b>	<b>2.356</b>	<b>3,0</b>	<b>552</b>	<b>1,8</b>
Comércio atacadista	1.812	2,3	351	1,1
Comércio varejista	416	0,5	201	0,7
Outros	128	0,2	-	-
<b>Outros</b>	<b>4.086</b>	<b>5,3</b>	<b>1.956</b>	<b>6,3</b>

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS** - No “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento do papel.
**a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:**

<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>2.070</b>	<b>2.303</b>
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	2.070	2.303
<b>Vinculados a prestação de garantias (b)</b>	<b>14.967</b>	<b>13.603</b>
Letras financeiras do tesouro – LFT (c)	14.967	13.603
<b>Total</b>	<b>17.037</b>	<b>15.906</b>

(a) Vencimento do papel para 1º de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (b) Conforme Circular BACEN nº 3.681/2013, com nova redação dada pela Circular BACEN nº 3.705/2014, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos (vide nota 9). Para o ano de 2017, o percentual de alocação desses recursos é de 60%, todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2017, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e (c) Vencimento do papel para 1º de março de 2019 e 1º de março de 2021, remunerada a uma taxa de 100% da Selic;
**b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:**

<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Valor de custo	17.039	15.919
Ajuste a mercado refletido no resultado <sup>(1)</sup>	(2)	(13)
<b>Valor Contábil</b>	<b>17.037</b>	<b>15.906</b>

<sup>(1)</sup> O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”).
**c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Rendas de aplicações em operações compromissadas <sup>(1)</sup>	1.260	1.576
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros <sup>(1)</sup>	298	249
Rendas de títulos de renda fixa	1.568	1.718
<b>Total</b>	<b>3.126</b>	<b>3.543</b>

<sup>(1)</sup> Vide nota 4.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL** - As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:
**a) Composição da carteira de arrendamento mercantil**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Arrendamentos a receber – setor privado	104.640	44.304
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.595)	(44.001)
Imobilizado de arrendamento (nota 8b)	142.242	53.199
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(14.945)	(3.365)
- Depreciações acumuladas (nota 8b)	(50.759)	(18.239)
- Superveniência de depreciação (nota 8b)	(35.814)	14.874
(-) Valor residual garantido antecipado (nota 12b)	(52.219)	(19.160)
(+) Perdas em arrendamento (nota 8b)	10	-
<b>Carteira de arrendamento mercantil Financeiro (VP)</b>	<b>76.133</b>	<b>30.977</b>

Arrendamento a receber operacional	1.968	-
(-) Rendas a apropriar de Arrendamento operacional	(1.968)	-
<b>Carteira de arrendamento mercantil operacional</b>	<b>1.491</b>	<b>-</b>
<b>Valor presente das operações de arrendamento mercantil</b>	<b>77.624</b>	<b>30.977</b>

	<b>Em 31 de dezembro - R\$ mil</b>					
	<b>Saldo da carteira</b>					
	<b>Curso anormal</b>					
<b>Nível de Risco</b>	<b>Vencidas</b>	<b>Vincendas</b>	<b>Total do curso anormal</b>	<b>Curso Normal</b>	<b>Total (1)</b>	<b>%</b>
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	23.096	23.096	29,8
B	118	2.022	2.140	34.347	36.487	47,0
C	266	3.044	3.310	12.694	16.004	20,6
<b>Subtotal</b>	<b>384</b>	<b>5.066</b>	<b>5.450</b>	<b>70.137</b>	<b>75.587</b>	<b>97,4</b>

**7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	2017	2016
Créditos tributários (nota 20b)	11.313	6.312
Antecipações salariais	7	2
Impostos e Contribuições a compensar	530	97
Outros	29	13
<b>Total</b>	<b>11.879</b>	<b>6.424</b>

**8. IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO**

**a) Imobilizado de Uso** - Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				2017	2016
Móveis e equipamentos de uso	10%	11	(3)	8	10
Equipamentos de processamento de dados	20%	80	(44)	36	51
<b>Total</b>		<b>91</b>	<b>(47)</b>	<b>44</b>	<b>61</b>

**b) Imobilizado de Arrendamento**

	2017	2016
Veículos e Afins	129.822	47.981
Máquinas e Equipamentos	12.420	5.218
Depreciação Acumulada	(50.759)	(18.239)
Superveniência de Depreciação	35.814	14.874
Perdas em Arrendamento	10	-
Veículos e Afins Operacional	2.259	-
Depreciação Acumulada Operacional	(323)	-
<b>Total</b>	<b>129.243</b>	<b>49.834</b>

**c) Movimentação do imobilizado de arrendamento**

	2017	2016
<b>Saldo no início do período</b>	<b>49.834</b>	<b>14.546</b>
Entradas	97.948	39.552
Baixas	(4.628)	(998)
Depreciação no exercício (nota 6g)	(36.722)	(14.896)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6g)	22.811	11.630
<b>Saldo no final do período</b>	<b>129.243</b>	<b>49.834</b>

**9. OUTROS DEPÓSITOS** - Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	2017	2016
Outros depósitos		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	17.186	14.572
<b>Total</b>	<b>17.186</b>	<b>14.572</b>

**10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS**

<b>a) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM</b>			
Vencimento	Remuneração ao ano	2017	2016
01 a 30 dias	12,64% a 14,90%	1.036	-
31 a 180 dias	11,03% a 15,32%	10.714	2.346
181 a 360 dias	8,17% a 15,60%	12.070	5.592
Acima de 360 dias	8,58% a 16,14%	28.476	10.416
<b>Subtotal</b>		<b>52.296</b>	<b>18.354</b>

**b) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (vinculadas Resolução BACEN nº 2921/2002)**

Vencimento	Remuneração ao ano	2017	2016
31 a 180 dias	10,77% a 11,03%	1.317	-
181 a 360 dias	10,48% a 10,72%	1.649	-
Acima de 360 dias	10,64% a 11,69%	3.790	-
<b>Subtotal</b>		<b>6.756</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>		<b>59.052</b>	<b>18.354</b>

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 montou a R\$ 4.689 (31 de dezembro de 2016 – R\$1.416). As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	2017	2016	2017	2016
Operações ativas vinculadas	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Operações ativas vinculadas</b>				
Operações de arrendamento mercantil	5.926	-	872	-
<b>Obrigações por operações ativas</b>				
Letras de arrendamento mercantil	(6.756)	-	(322)	-

**Resultado Líquido das operações Vinculadas**

	-	-	550	-
--	---	---	-----	---

**11. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS** - A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue: • **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como “ré” e, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. São realizadas análises periódicas e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos de processos.

**12. OUTRAS OBRIGAÇÕES - a) Fiscais e Previdenciárias**

	2017	2016
Provisão para Impostos e Contribuições a pagar	584	128
Impostos e Contribuições a recolher	488	429
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (nota 20b)	9.605	3.902
<b>Total</b>	<b>10.677</b>	<b>4.459</b>

**b) Diversas**

	2017	2016
Credores por antecipação de valor residual - VRG (nota 6a)	52.219	19.160
Operações com cartões pré-pagos <sup>(1)</sup>	15.946	12.560
Antecipações para crédito em cartões pré-pagos <sup>(2)</sup>	10.918	4.610
Pessoal	382	290
Contas a pagar	3.711	621
Comissão a pagar a sociedades ligadas	165	130
Outros	1.430	247
<b>Total</b>	<b>84.771</b>	<b>37.618</b>

<sup>(1)</sup> Valores a pagar por utilização de cartões pré-pagos; e <sup>(2)</sup> Valores a serem creditados aos portadores de cartões pré-pagos (nota 21).

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido anual ajustado. Nos exercícios findos em 2017 e 2016 não foram destinados dividendos. Os lucros líquidos, foram absorvidos por prejuízos anteriores.

**14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

<b>2º semestre</b>		
	2017	2016
Rendas com cartões pré-pagos <sup>(1)</sup>	5.772	10.676
Operações de arrendamento mercantil	31	97
<b>Total</b>	<b>5.803</b>	<b>10.773</b>

<sup>(1)</sup> Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

**15. DESPESAS DE PESSOAL**

<b>2º semestre</b>		
	2017	2016
Proventos	1.090	2.272
Encargos sociais	562	1.113
Benefícios	216	398
<b>Total</b>	<b>1.868</b>	<b>3.783</b>

**16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

<b>2º semestre</b>		
	2017	2016
Serviços do sistema financeiro	2.679	5.404
Serviços de terceiros	2.182	4.156

<b>2º semestre</b>		
	2017	2016
Honorários da diretoria (21b)	1.008	2.341
Processamento de dados	569	1.118
Comunicações	145	275
Aluguéis	184	364
Publicações	29	73
Outras	156	273
<b>Total</b>	<b>6.952</b>	<b>14.004</b>

**17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS**

<b>2º semestre</b>		
	2017	2016
COFINS	506	933
PIS	82	151
ISS	73	125
<b>Total</b>	<b>661</b>	<b>1.209</b>

**18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

<b>2º semestre</b>		
	2017	2016
Outras receitas financeiras	278	1.066
<b>Total</b>	<b>278</b>	<b>1.066</b>

**19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

<b>2º semestre</b>		
	2017	2016
Associação de Classe	26	53
Variação cambial	2	4
Perdas com fraude	5	8
Reversão de provisão	39	39
Desconto concedido	19	10
Depreciação e amortização	29	58
Outras	10	29
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>201</b>

**20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	2017	2016
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>2.886</b>	<b>481</b>
Alíquota vigente (nota 3i)	45%	45%

Imposto de renda e Contribuição apurada/ Expectativa de crédito

	(1.299)	(216)
--	---------	-------

Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes nos períodos

	13	(6)
--	----	-----

**Total de Imposto de Renda e Contribuição social**

	<b>(1.286)</b>	<b>(222)</b>
--	----------------	--------------

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2016	Consti- tuição	Realização/ Reversão	31/12/2017
--	------------	-------------------	-------------------------	------------

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	241	598	(14)	<b>825</b>
--	-----	-----	------	------------

Provisão para publicação

	25	30	(22)	<b>33</b>
--	----	----	------	-----------

Ajuste de Marcação a Mercado

	5	1	(5)	<b>1</b>
--	---	---	-----	----------

**Crédito tributário sobre diferenças temporárias**

	271	629	(41)	<b>859</b>
--	-----	-----	------	------------

**Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social**

	6.041	5.703	(1.290)	<b>10.454</b>
--	-------	-------	---------	---------------

**Total Crédito tributário (nota 7)**

	6.312	6.332	(1.331)	<b>11.313</b>
--	-------	-------	---------	---------------

Obrigações fiscais diferidas <sup>(1)</sup>

	(3.902)	(5.703)	-	<b>(9.605)</b>
--	---------	---------	---	----------------

**Total Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas (nota 20 c)**

	2.410	629	(1.331)	<b>1.708</b>
--	-------	-----	---------	--------------

<sup>(1)</sup> Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social: A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2017, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

Período	2017	2016
---------	------	------

2017	-	1.419
------	---	-------

2018	944	806
------	-----	-----

2019	180	183
------	-----	-----

2020	584	1
------	-----	---

2021	-	1
------	---	---

**Total dos créditos tributários <sup>(2)</sup>**

	<b>1.708</b>	<b>2.410</b>
--	--------------	--------------

<sup>(2)</sup> Conforme parágrafo 2º do Artigo 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 9.605, não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 31/12/2017, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa CDI é de R\$ 1.488.

**21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - a)** As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

<b>Exercícios findos em 31 de dezembro</b>				
	2017	2016	2017	2016

	<b>Ativo (passivo)</b>	<b>Ativo (passivo)</b>	<b>Receitas (despesas)</b>	<b>Receitas (despesas)</b>
--	------------------------	------------------------	----------------------------	----------------------------

**Comissões a Pagar**

JSL S/A.	(3)	(7)	(56)	(21)
----------	-----	-----	------	------

Movida Locação de Veículos S.A.

	(156)	(118)	(1.436)	(219)
--	-------	-------	---------	-------

Ponto Veículos LTDA.

	(2)	(2)	(14)	(4)
--	-----	-----	------	-----

Original Veículos LTDA.

	(4)	(3)	(52)	(6)
--	-----	-----	------	-----

Avante Veículos LTDA.

	-	-	(5)	-
--	---	---	-----	---

Transrio Caminhões Ônibus LTDA.

	-	-	(11)	-
--	---	---	------	---

**Antecipações para Reembolso de Crédito**

JSL S/A e Controladas	(10.700)	(4.599)	-	-
-----------------------	----------	---------	---	---

**Receita de Prestação de Serviços**

JSL S/A e Controladas	-	-	5.961	4.439
-----------------------	---	---	-------	-------

**Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil**

JSL Holding				
-------------	--	--	--	--

Financeira LTDA.

	(43.033)	(16.826)	(3.992)	(1.326)
--	----------	----------	---------	---------

JSL S/A.

	(7.150)	-	(150)	-
--	---------	---	-------	---

JSL S/A. (Vinculada a Resolução BACEN nº 2921/2002)

	(6.757)	-	(322)	-
--	---------	---	-------	---

**b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração** - De acordo com o Estatuto Social da Companhia é de responsabilidade da Assembleia Geral a fixação do montante global da

Aos

Acionistas e Administradores do

**JSL Arrendamento Mercantil S.A.**

Barueri – São Paulo

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JSL Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica “provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação”, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3e e 6a. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados

em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2017, com ressalva sobre o mesmo assunto tratado acima no parágrafo “Base para opinião com ressalva”.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de março de 2018



**KPMG Auditores Independentes**  
**CRC 2SP028567/O-1 F-SP**

**Marco Antonio Pontieri**  
Contador CRC 1SP153569/O-0